

Vitória na luta por reassentamento

Por admin · 29/04/2014

Comunidade de Piquiá de Baixo, em Açailândia (MA), bloqueou acesso a duas empresas siderúrgicas na região em busca do cumprimento do que lhes foi prometido.

Cercado por indústrias siderúrgicas, o bairro de Piquiá de Baixo, na cidade de Açailândia, no Maranhão, é considerado um dos mais poluídos do Brasil. Seus pouco mais de mil moradores estão em luta para se transferir do local, em busca de condições mais dignas de moradia e saúde, e nesse processo conseguiram avançar mais um passo após intensa mobilização após o carnaval.

Depois de bloquearem por dois dias o acesso a duas siderúrgicas, um protesto com mais de cem pessoas foi desmobilizado no início da tarde desta sexta-feira, após negociações com o sindicato que representa as empresas (Sindicato da Indústria de Ferro Gusa do Maranhão). Em reunião feita com representantes da comunidade, realizada no Ministério Público, as empresas se comprometeram a depositar 800 mil reais, parte do valor que devem, em até trinta dias, o que foi recebido como vitória do movimento.

A mobilização tinha duas frentes de demanda, uma cobrando essa dívida das empresas e outra reivindicando a implementação de um projeto de urbanização que os retire do bairro contaminado. Neste aspecto, a pressão deve seguir, afinal ainda não foram sinalizados avanços. De todo modo, a comunidade pretende celebrar esse avanço nesta caminhada rumo a uma vida mais digna.

Confira abaixo reportagem publicada pela Rede Justiça nos Trilhos nesta quinta feira, 6 de março:

Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá de Baixo denunciam atraso no processo de reassentamento

Por [*Rede Justiça nos Trilhos*](#)

Nessa quinta-feira (06), mais de 100 pessoas estão bloqueando por tempo indeterminado o acesso a duas empresas siderúrgicas no distrito industrial de Piquiá de Baixo (Açailândia-MA), um dos bairros mais poluídos do País.

Piquiá de Baixo está situado em meio a quatro indústrias de ferro-gusa: Viena Siderúrgica S/A, Queiroz Galvão Siderurgia, Gusa Nordeste S/A e Ferro Gusa do Maranhão Ltda. – Fergumar. Com aproximadamente 1.100 residentes, o bairro que é cortado pela Estrada de Ferro Carajás (EFC) ainda sofre os impactos de um entreposto de minério da empresa multinacional Vale S.A.

Tudo isso fez de Piquiá um “buraco de poluição” e violações do direito à saúde, à moradia e à vida. Entretanto, a comunidade demonstrou indignação e revolta e tem buscado os seus direitos. Mais de 90% da população de Piquiá querem um novo local de moradia, longe da poluição. Os moradores conseguiram um terreno para o reassentamento e participaram da elaboração do projeto urbanístico-habitacional do novo bairro.

Além disso, tem se efetivado várias negociações entre a Associação de Moradores, o Ministério Público Estadual, o Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Estado do Maranhão (SIFEMA), a Prefeitura Municipal de Açailândia, o Governo do estado do Maranhão, dentre outras instituições.

Em maio de 2011, a Prefeitura de Açailândia, o SIFEMA, o Ministério Público e a Associação de Moradores de Piquiá assinaram um Termo de Compromisso de Conduta (TCC) que detalhou ações e responsabilidades em vista do reassentamento.

Entre outros acordos já cumpridos, o termo estabelece que as empresas siderúrgicas efetuem o pagamento total da indenização do terreno destinado à construção do bairro, uma vez que houver a sentença definitiva de desapropriação do mesmo.

Segundo a Associação de Moradores, a sentença foi proferida em dezembro de 2013, mas até hoje o SIFEMA, interpelado de várias formas e notificado oficialmente no mês passado, não manifestou interesse em cumprir com o acordo.

Outra reivindicação urgente dos moradores é a respeito da aprovação do projeto urbanístico-habitacional do novo bairro por parte da Prefeitura de Açailândia. O projeto foi elaborado pelos moradores sob a assessoria técnica da Usina – Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado (CTAH) e está sendo já analisado pela Caixa Econômica Federal.

Desde maio do ano passado a Prefeitura está sendo solicitada a analisar o projeto. O prazo que a própria administração municipal indicou ao Ministério Público Estadual venceu no último dia 17 de fevereiro.

“A comunidade está dialogando há anos com as instituições e as empresas. Não recebendo respostas, volta a cobrar seus direitos de forma civil e não violenta, num ato público de denúncia do descaso de quem pode e deve contribuir, mas até agora não quis”, afirmam os integrantes da Associação Comunitária do bairro, que ainda esperam um posicionamento também do Governo do Estado e da Vale S.A. a respeito da complementação do dinheiro para construção do novo bairro.

Manifestação popular

Desde a manhã dessa quinta-feira (06), os moradores estão reunidos em frente a duas das maiores siderúrgicas, Queiroz Galvão Siderurgia e Gusa Nordeste S/A. Apoiados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terras (MST) e pelo Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais de Açailândia, demonstram resistência e afirmam que só sairão do local quando obtiverem respostas concretas a suas reivindicações.

Os moradores se organizaram de forma pacífica, bloqueando o acesso às siderúrgicas e impedindo que os carros de funcionários, de carvão e minério das empresas entrem nas mesmas. Segundo a Associação dos Moradores, caso nenhuma autoridade se manifeste, outras medidas serão tomadas.

“Às vésperas do dia internacional da mulher, queremos dizer que não é esse o progresso que defende e promove a vida de nossas mulheres e crianças”, afirmou um morador. “A vida vale

mais do que o lucro de siderúrgicas e mineradoras”. Gritos de ordem e apresentações teatrais fazem parte das atividades realizadas no espaço da manifestação. Cartazes pedem por justiça e seriedade no acompanhamento da problemática de Piquiá de Baixo. Um fogão industrial e grandes painéis instalados debaixo de tendas mostram que os moradores pretendem permanecer até quando seus pedidos e seus direitos forem garantidos.